

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA:

Pesquisa e produção de recurso didático na formação inicial de Professores.

Regina de Fátima Souza Vieira

Reginaf14@hotmail.com

Mayrienne Souza de Alcantara Urtiga

mayrienne1981@gmail.com

Andréa Giordanna Araujo da Silva

agiordanna@hotmail.com

RESUMO

O construto se apresenta como resultado da pesquisa realizada na disciplina Saberes e metodologias de Ensino de História I (SMEH I), pelos graduandos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas-UFAL, no período de 2017/2018, sobre a importância da Educação Patrimonial. A pesquisa teve como objetivo refletir sobre como a pesquisa e o ensino do patrimônio histórico local podem ser tratados como recurso pedagógico para o ensino de História Local. Foram objetivos específicos; mapear bens culturais materiais e imateriais considerados como patrimônios pelos futuros professores, considerando as suas concepções de patrimônio histórico e a perspectiva dos sujeitos produtores e reprodutores da cultura; sensibilizar os futuros professores para ter um olhar mais observador sobre o espaço local e produzir recursos didáticos para o trabalho pedagógico com a temática História Local. Neste sentido a pesquisa buscou mapear como se constituiu as investigações realizadas pelos estudantes, levando em consideração os processos de ensino: pesquisa e produção de recursos didáticos. Primeiro foi realizado o estudos de textos teóricos no qual consistia conhecer os conceitos de Educação Patrimonial, Patrimônio Histórico e Identidade Cultural e História Local e pesquisa de campo e o segundo correspondeu à elaboração de textos didáticos e exposição oral do resultado da investigação. Assim os estudantes classificaram e catalogaram um artefato cultural que consideram como Patrimônio Histórico Local e qual a importância para a comunidade ao qual este bem cultural estava localizado. Desta forma os trabalhos apresentam sua construção teórico-crítico sobre a prestativa da história oral visto que por se tratar de artefatos esquecidos pelo poder público não há registros em órgãos oficiais, havendo uma escarcas de informações em fontes escritas, assim as informações foram prestadas por moradores das comunidades. As produções reforçam a perspectiva que o educador enquanto pesquisador e intelectual é o profissional qualificado a desenvolver no âmbito escolar produções didáticas e pedagógicas, que considerem o desenvolvimento cognitivo aliado aos contextos sociocultural dos alunos, o ponto primordial para que o futuro professor possa escolher quais recursos são necessários para o ensino de história nas aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial. Ensino de História. Patrimônio Histórico Local. Artefato Cultural. Memórias Individuais e Coletivas.

1 INTRODUÇÃO

O construto apresenta os resultados do trabalho de pesquisa e de formação, de caráter exploratório, desenvolvido com licenciandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, no período de 2017-2018, na disciplina de Saberes e Metodologias do Ensino de História I (SMEH I).

O Projeto de Pesquisa e Ensino, desenvolvido na formação inicial de professores, teve como objetivo refletir sobre como a pesquisa e o ensino do patrimônio histórico local podem ser tratados como recurso pedagógico para o ensino de História Local. Ainda foram objetivos específicos do projeto: mapear bens culturais materiais e imateriais considerados como patrimônios pelos futuros professores, considerando as suas concepções de patrimônio histórico e a perspectiva dos sujeitos produtores e reprodutores da cultura; sensibilizar os futuros professores para ter um olhar mais observador sobre o espaço local e produzir recursos didáticos para o trabalho pedagógico com a temática História Local.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, p.126) institui como patrimônios “[...] bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Neste sentido, tudo que é de interesse ou conta a história do povo é passível de conservação e pode ser considerado um patrimônio. Podemos dizer assim que o maracatu, o coco de roda, as rezas, a igrejinha de uma pequena cidade, bem como a pequena cidade, podem ser objetos de identidade, pois podem dar sentido e significado a realidade vivida no presente e no passado. Isto porque a identidade de cada povo é construída na produção e reprodução das práticas culturais.

Essa cultura é a representação substancial do povo, não de forma imutável e integral, pois ao longo do tempo, as comunidades produzem e reproduzem às práticas e os objetos de gerações anteriores e estes se constituem como os patrimônios históricos, ou seja, os bens da cultura de um povo, o que torna cada comunidade única. Por este motivo, a escola tem o dever de promover práticas de pesquisa e de ensino que propiciem aos alunos entender o significado sociocultural dos patrimônios. E isto é possível a partir do resgate da história local que pode

acontecer por meio da catalogação de artefatos¹ culturais esquecidos nas comunidades.

Logo é possível com a junção das memórias individuais registrar a história coletiva de um determinado local. Assim, com o uso da História Oral, por exemplo, dá-se voz aos esquecidos e marginalizados. Neste contexto, o termo “[...] registrar é sinônimo de preservar, de guardar para amanhã informações ligadas às relações entre elementos culturais que não têm garantias de permanência” (LEMOS, 1981. p. 29). Segundo Paim (2010, p. 83):

[...] costumamos ouvir quase que diariamente que a lembrança é importante, que precisamos lembrar que nossa vida é constituída de lembranças, que para existir precisamos lembrar das coisas que pertenceram e esquecer das outras. Por outro lado ouvimos que o tempo todo que o Brasil é um país sem memória ou que não cultua sua memória, seu passado, não conhece a sua história.

Essa afirmação diz muito sobre a constituição do país e suas marcas ancestrais, por este motivo é tão difícil vermos a valorização da cultura popular. Fato este que pode ser comprovado na definição das temáticas que deram origem aos feriados nacionais e locais. Estas datas comemorativas, usando as palavras de Fonseca (2001), usualmente, têm o objetivo de ressaltar o civismo e o patriotismo, e utilizam acontecimentos de caráter militar e/ou político como memória a ser preservada. Um caso emblemático é a instituição do feriado de Tiradentes, nos governos militares (1964-1985), pelo presidente da época Humberto de Alencar Castelo Branco. A homenagem teve como intenção criar o mito do cidadão que morre por suas ideias e por seu povo de forma trágica, tendo sua figura comparada a de Jesus Cristo. Tal posição ideológico-política não colabora para formação crítica dos estudantes, direciona o olhar do aluno ao culto de figuras históricas tidas como vencedoras e ou heroicas, negligenciando a cultura popular e o protagonismo e resistência dos marginalizados, como é o caso da história de Zumbi dos Palmares, cuja história foi silenciada no âmbito escolar por muitos anos.

Historicamente, uma pequena parcela da população tem tido o poder de decidir sobre o que pode ou não ser selecionado e registrado como memória coletiva (ou histórica). Assim, coube às elites de diferentes tempos no Brasil definirem quais

¹ Usa-se como referência para artefato a definição de Lemos (1981) que o descreve como um instrumento que representa a relação direta entre o objeto e o meio ao qual ele pertence.

os artefatos culturais e históricos seriam considerados bens patrimoniais coletivos. Isto porque ao longo do tempo.

Somente um ou outro particular, algum colecionador ou intelectual afeito às coisas históricas é que lembrava e solicitava fossem defendidos os nossos monumentos arquitetônicos- monumentos no sentido gradiloqüente porque do patrimônio popular nunca ninguém se lembrou mesmo (LEMOS, 1981, p.35-36).

A preservação da memória dos diferentes grupos social sempre foi muito frágil. Desta forma é importante que o educador crie mecanismos que possam lhe possibilitar um trabalho em sala com fontes de história local, que lhes garantam um resgate das histórias esquecidas ou objurgadas. O caminho é criar procedimentos que possibilitem ao estudante entender a importância do estudo histórico partindo da sua localidade.

É necessário inserir outros saberes e metodologias no ensino de história nas escolas, isso se efetivará quando os diferentes e múltiplos sujeitos sociais tiverem direito a memória registrada e existir um conjunto de bens preservados que possibilite rememorar a forma de ser, fazer e pensar do povo no passado e no presente. Não se trata de romper radicalmente com o ensino atual, mais sim de promover e integrar outros conhecimentos às práticas de ensino para o resgate da história local, estabelecer o diálogo com o cotidiano da comunidade na qual a escola esta inserida.

2. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O trabalho foi desenvolvido com quatro (04) turmas do Curso de Pedagogia da UFAL, matriculados na disciplina SMEH I, como dois processos de ensino: pesquisa e produção de recursos didáticos. O primeiro foi realizado com estudos de textos teóricos e pesquisa de campo e o segundo correspondeu à elaboração de textos didáticos e exposição oral do resultado da investigação.

Num primeiro momento, os licenciandos realizaram o estudo dos conceitos de Educação Patrimonial, Patrimônio Histórico e Identidade Cultural e História Local. Assim, a Educação Patrimonial foi tratada como um tema transversal, como uma proposta política que cria oportunidades concretas para se preservar os patrimônios

históricos (OLIVEIRA, 2000). Ainda, conforme Funari (2009, p. 34), “A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis”. Essa percepção entende os patrimônios como algo que deve ser deixado para as futuras gerações e faz suscitar o direito que cada pessoa tem de conhecer o seu passado, sua Identidade Cultural, e Histórica. Isto significa se reconhecer como herdeiro (e partícipe) da “vasta gama de bens procedentes, sobretudo, do saber popular” (FUNARI, 2009, p.49). O sentido de pertencimento é a origem da identidade cultural, uma vez que, cada grupo de pessoas é sempre influenciado pelos costumes de sua comunidade.

No ambiente escolar, a abordagem da trajetória histórica de uma comunidade e a origem das práticas culturais cotidianas é possível por meio do estudo da História Local, em que:

[...] se destaca a possibilidade de dar evidencia a fontes, temas e sujeitos que não tiveram visibilidade no âmbito da chamada “macro-história”, contribuindo, assim, para o conhecimento de múltiplas experiências históricas e o reconhecimento das diversas identidades que compõem a sociedade [...] (CAIMI, 2010, p. 64).

Desta forma, o trabalho com a história local, em ambiente escolar, deve levar em consideração os bens constitutivos da identidade, mostrando que a partir do estudo de um artefato cultural pode-se iniciar a compreensão das práticas políticas, sociais e econômicas de corpo social, em um dado tempo e espaço histórico. Os bens patrimoniais podem ser tratados como materialidade da existência ancestral e possibilitam o resgate das memórias coletivas, uma vez que os fatos vividos no passado podem se manifestar no presente pelas práticas do dia a dia.

Assim, no primeiro momento do trabalho de pesquisa, foi solicitado que os graduandos selecionassem um artefato cultural, de caráter material ou imaterial, de âmbito local, que considerassem um patrimônio humano, mesmo que o objeto de pesquisa não estivesse qualificado nas instituições oficiais como um bem tombado. Neste percurso, os futuros professores foram estimulados a examinar com atenção as práticas culturais (manifestações populares, costumes, cultos, tradições e etc), os espaços e os bens (praças públicas, edifícios, esculturas, artesanatos e etc) de uso coletivo e os sujeitos das comunidades nas quais diariamente circulavam, para

posteriormente realizarem um estudo teórico e a produção de um recurso didático (texto escrito) que tratasse da importância e do uso social do artefato cultural selecionado e sobre as suas condições de preservação. No terceiro momento, os textos teórico-crítico e os textos didáticos produzidos pelos licenciandos foram apresentados, em forma de exposição temática, para a turma na qual estava inserido o estudante. Esse foi momento de mostrar aos colegas quais descobertas tinham realizado acerca do artefato escolhido para pesquisa e a possibilidade de uso das informações sobre o patrimônio como recurso para o ensino de história local.

No quarto momento foi realizada a análise dos resultados alcançados pelos estudantes na pesquisa sobre patrimônios, expressos nas exposições e discussões de sala de aula, e na análise dos textos críticos e didáticos produzidos para a disciplina SMEH I.

O processo da pesquisa procurou identificar os procedimentos de investigação, de seleção e de escrita do texto didático sobre o patrimônio e as estratégias criadas e utilizadas para realização do estudo nas comunidades (pesquisa de campo, produção de imagens e realização de entrevistas² e conversas informais com moradores). Também buscou conhecer os argumentos utilizados pelos graduandos para classificar um artefato ou prática cultural como patrimônio histórico local.

3. A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

No contexto brasileiro, a conservação dos patrimônios culturais nunca foi algo de grande atenção do setor público. Segundo Funari (2009, p.43), “Em nosso país, as políticas públicas voltadas para a área cultural, particularmente aquelas referentes à proteção patrimonial, têm oscilado entre concepções e diretrizes nem sempre transparentes.” Proteger um patrimônio vai além de uma questão cultural e passa a ser também política e ideológica, uma equipe de especialistas

² Embora não conste no processo de investigação a produção de fontes orais, muitos graduandos consultaram antigos moradores dos bairros e comunidades onde estavam inseridos os bens selecionados para obter informações sobre o patrimônio que desejavam estudar. A produção do roteiro de entrevista (questionário) foi elaborada pelos próprios estudantes, visando responder questões por eles formuladas no curso da investigação. Todavia, os materiais coletados foram utilizados em nossa pesquisa, serviram de suporte apenas para o entendimento do uso social dos bens selecionados.

(historiadores, museólogos e curadores) escolhe, cuidadosamente, quais bens devem ser protegidos em museus, resguardados do desgaste natural do tempo, muitos bens não têm valor identitário para a maioria da população. Desta forma, muitos artefatos tombados não representam as vivências e as ligações sentimentais do povo. Um patrimônio histórico deve resgatar o sentimento de pertencimento, de ligação e continuidade das diferentes gerações. Caso contrário, os bens selecionados como memórias não passarão de símbolos, que apesar de históricos, não traduz as vivências reais do povo. Como Souza (2011, p.29) descreve:

[...] o que de fato tem mais valor, aquele objeto valioso cuidadosamente exposto ou aquele objeto comum, vulgar que apesar de sua pouca “sorte” – não foi cercado de cuidados e exposto em um museu – mas conseguiu transcender ao seu tempo e permanece agora em outro tempo, preservado ao acaso.

O descaso com os artefatos populares tem sempre a intenção de preservar a memória de grupos sociais específicos. No Nordeste, o controle dos espaços de disseminação e aquisição do conhecimento formal conferia aos coronéis, os sujeitos do Estado e da igreja, o monopólio do conhecimento. As elites utilizaram-se, durante séculos, dos preceitos da igreja e das normas do Estado para construir a mentalidade do povo; dizendo o que era necessário para se viver, descartando os conhecimentos originários do fazer cotidiano. Desta forma, os artefatos que iam sendo classificados como bem cultural e histórico tinham ligação direta com os grupos que exerciam o poder na comunidade, ou seja, as famílias tradicionais e a igreja. Por meio desta classificação, os artefatos culturais preservados passavam bem longe do viver cotidiano do povo. Como salienta Lemos, (1981, p. 31):

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado e, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica ou saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista.

A materialidade da citação anterior é possível de ser observada, em âmbito local, na seleção dos artefatos que são conservados nos espaços formais de preservação da memória (arquivos públicos, institutos de pesquisa, bibliotecas e museus), pois estes, usualmente, guardam a memória de terminados grupos sociais ou indivíduos que detém o poder político e econômico, sendo as práticas, os fazeres

e os saberes das camadas populares excluídos da memória oficial e da salvaguarda como patrimônio local.

4. PATRIMÔNIO HISTÓRICO LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Para começar este tópico é necessário usar como pano de fundo a citação de Stephanou, (2014, p.14), que descreve o patrimônio da seguinte forma:

[...] pensemos o patrimônio, descoberto a cada novo ato que lhe atribui significados, reinventando, revisando, revisitado, inusitado. Experiências em educação para o patrimônio: eis as pequenas agitações que levam a alguma transformação, que não cessa, interminável como são os sentidos atribuídos a cada tempo.

Cada recorte temporal confere aos objetos e ou às pessoas comuns uma carga de significados, por intermédio das memórias coletivas da comunidade em que estão inseridos os sujeitos históricos. Desta forma, o estudo da história local se projeta como uma possibilidade para ensinar as gerações atuais sobre seus iguais, mostrar que seus ancestrais também foram produtores de história, pessoas comuns, sem notoriedade política, intelectual ou militar, mas que estão ligados à constituição do espaço local e do presente.

A ideia de que o negro nas senzalas e fora delas, as mulheres silenciadas por suas famílias, os trabalhadores dos engenhos viveram e construíram histórias, e que estas foram apagadas por quem achou necessário, revela ao aluno a fragilidade do patrimônio e o quão poderoso ele se torna quando protegido e evidenciado. Sucinta nestas crianças que elas vivem em um lugar cheio de memórias criadas ou apagadas.

Paim (2010, p.71) aponta que “Nos primeiros anos da escolarização, a criança opera cognitivamente com base nas suas experiências pessoais e familiares, as quais configuram os chamados “conceitos espontâneos”[...]”, isto significa que o professor pode propor, no processo de ensino com o patrimônio histórico, o estudo de artefatos que ajudem os alunos a vivenciarem experiências formativas que tenham relação com o cotidiano e a cultura local.

O estudo patrimônio histórico local suscita, em quem o faz, um olhar pelo viés do micro (na qual o historiador direciona o seu olhar para práticas do cotidiano da comunidade). Por conseguinte, o trabalho com patrimônio histórico local nas salas da universidade pode ser o primeiro contato do professor com esta nova forma de tratar o passado, pensada pelo viés dos esquecidos, dando as sujeitos comuns (mulheres, negros, indígenas, camponeses, imigrantes etc), que por muito tempo não foram vistas como produtores de conhecimento, a oportunidade de terem uma memória histórica ensinada no ambiente escolar.

Com esta perspectiva, neste estudo, foram catalogados e selecionados 19 trabalhos produzidos pelos estudantes das turmas de SMEH I. Observou-se, no relato dos graduandos, que estes tiveram, num primeiro momento, dificuldades para selecionar um objeto ou prática cultural para ser tratado como um artefato cultural, isto ocorreu devido à incerteza do que poderia ou não ser considerada uma memória a ser resguardada, sendo necessário olhar para o lugar de moradia de uma forma mais sensível, onde pode o estudante atribuir importância aos artefatos culturais que considerou como enraizados nas práticas cotidianas e na narrativa oral da comunidade. Sendo assim, os graduandos procuraram estudar artefatos, que usualmente, não são tratados, ou conservados, como bens coletivos pelo poder público: Lagoa Mundaú, caixa D'água da Avenida Maceió, Villa Lolita, Capela São Francisco Barreiras de Coruripe, Fabrica Carmem, Bomba do Gonzaga, Mirante da Chã do bebedouro, Riacho dos Macacos, Escola Municipal Judith de Paiva e Casa de farinha.

Existiu uma constante preocupação dos futuros professores em relatar a falta de preservação do bem investigado e de expor a escassez de informações escritas (e históricas) sobre os bens pesquisados, por isso utilizaram, em muitos casos, as informações obtidas, em conversas informais, com moradores das comunidades como fontes e realizaram o registro das narrativas para poder descrever a história do bem selecionado, mesmo compreendendo que não se tratava de registro oficial.

Os futuros professores, em seus escritos teóricos, apresentam as motivações profissionais e pessoais para seleção do artefato cultural e relatam a forma como eles observavam a realidade histórica vivida e nem sempre compreendida:

Todas às vezes que passo por aquele local, questiono-me sobre quem acolheu? O que lá aconteceu? mergulho dentro de uma história a mim não contada, mas que me faz pensar uma memória que lá ficou guardada e preservada.(SILVA, 2018,p.10)

A escolha de elencar alguns registros sobre a Lagoa do Mundaú se deu principalmente a partir sua riqueza e pela sua importância para Maceió e cidades vizinhas. (SANTOS e SILVA, 2018, p.3)

[...] mesmo estando desativado, ocupa uma importante função para os moradores do bairro: é um ponto de referência muito utilizado. (NOVAES e SANTOS, 2018, p.6)

[...] a memória desse patrimônio é valiosa e está sendo levada pelo tempo, por falta de investimentos na conservação do local, memória essa que retrata um pouco da economia do Estado. (ALMEIDA e CARVALHO, 2018, p.4)

[...] escolhemos a instituição pela beleza estrutural, mas após conhecer a história e conversar com os estudantes ficamos ainda mais certas de que essa instituição deveria ser tombada não só pelo seu estilo arquitetônico, mais também por toda a contribuição histórica da mesma que apesar de ser abandonada por inúmeros governantes continua ativa. (SILVA e BARROS, 2018, p.4.)

De modo geral, os futuros professores observaram o processo formativo, pesquisa e produção textual sobre patrimônio, como meio de produção de conhecimento sobre o lugar onde viviam: *“Eu aprendi demais com esse trabalho sobre meu bairro (GOMES, 2018); Haviam crianças e mulheres trabalhando na fábrica (CARVALHO, 2018).*

Ainda, a análise das produções didáticas e dos planos de aula possibilita reforçar a perspectiva política que observa o professor como pesquisador e intelectual, como o profissional que melhor qualificado está para desenvolver produções didáticas e pedagógicas no âmbito escolar. Isto porque, em suas produções, os futuros professores consideraram o estágio de desenvolvimento cognitivo e o contexto sociocultural das para definirem as temáticas que iriam abordar como objeto de ensino nas aulas de história, e para selecionarem os recursos necessários para produção dos textos didáticos (imagens e linguagem) e dos planos de aula.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o trabalho de resgate da memória local, por intermédio do estudo de artefatos culturais esquecidos pelo poder público, é valioso na construção do conhecimento. Os futuros docentes apresentaram a pesquisa como processo de

formação intelectual e de compreensão das estruturas sociais e históricas que dão sustentação a constituição de suas próprias identidades culturais. Assim, o olhar sensível para esquecido (ou omitido) é fundamental para o aprendizado da História e para a formação intelectual do professor, isto porque possibilita melhor compreender a história local e a realidade social, econômica e política das comunidades onde estão inseridas as escolas onde o pedagogo irá trabalhar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Claudiane Fernanda Gonçalves de; CARVALHO, Paulina Tavares de. **Patrimônio Histórico: Fábrica Carmem**. Disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História 1. Maceió, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil. Brasília, DF: Senado federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história; de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- CARVALHO, Paulina Tavares de. **Seminário de exposição temática**. Saberes e Metodologias do Ensino de História. Maceió, 2018.
- FONSECA, Thais N. **História e ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Flávia Maria de Oliveira. **Seminário de exposição temática**. Saberes e Metodologias do Ensino de História. Maceió, 2018.
- LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NOVAIS, Kamilla Farias; SANTOS, Laysse Almeida dos. **Patrimônio Histórico Local – Pesquisa e Produção da História da Caixa d'água da Avenida Maceió**. Disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História 1. Maceió, 2018.

- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **Os tempos que a História tem**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- PAIM, Elison Antonio. Lembrando eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (coord.). **História: Ensino Fundamental**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- SANTOS, Andrezo Correia dos; SILVA, Joseane Balbino da. **Lagoa do Mundaú**. Disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História 1. Maceió, 2018.
- SILVA, Cláudia Emanuelle de Barros; GOMES Kadja Kelly de Barros. **Patrimônio Histórico- Escola Municipal Judith de Paiva**. Disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História 1. Maceió, 2018.
- SILVA, Marcos Alves da. **Vila Lilota, Joio de Bebedouro**. Disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de História 1. Maceió, 2018.
- SOUZA, Silvana do Rocio de. BAHLL, Miguel. **A Conservação do Patrimônio Histórico Cultural e os Profissionais do Turismo: Uma Relação Possível**. Revista Ibero americana de Turismo. Penedo: RITUR; vol. 1, n.2, p. 26-35, 2011. Disponível em: < <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur> > acesso em: 15 de novembro de 2018.
- STEPHANOU, Maria. Evidências da História, Memórias entretecidas: Experiências e Novas Aproximações educativas em Torno do Patrimônio. In: GIL, Carmem Zele de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (coord). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre -RS: Edelbra, 2014. p.11-35.

